

ENTRE A CONQUISTA E A PERMANÊNCIA NA TERRA: Formas de Luta no Assentamento Mosquito no Município de Goiás.

Autor: COELHO, José Braga.

Orientadora: BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes

coelhojbraga@terra.com.br

Palavras-Chave: Fronteira . Assentamento Rural . Latifúndio.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a problemática que envolve a posse da terra no Brasil, por parte dos trabalhadores rurais sem terra. Sabe-se que a luta pela conquista e permanência na terra nunca foi, não é e nem será uma tarefa fácil, pois, é uma luta desigual que envolve forças adversas. De um lado os pobres e expropriados que tem como força apenas em alguns casos a sua organização, do outro lado os poderosos latifundiários que, além de seus jagunços, contam também com apoio do Poder Judiciário, da Polícia Militar e, no mínimo, com a indiferença do estado.

A posse da terra no Brasil nunca aconteceu de forma que atendesse o bem estar social, mas de forma em que atendesse os interesses da elite e do estado, por isso formou-se grandes latifúndios capazes de produzir para exportação e render divisas. Assim foi com a distribuição de sesmarias para os produtores de cana de açúcar, com a distribuição das terras devolutas para os grandes plantadores de café, bem como facilitar o acesso de terras devolutas para aqueles que tinham condições de desmatar os cerrados e investir em tecnologia na plantação de produtos exportáveis, provocando com isso a eterna concentração da terra no Brasil nas mãos de alguns poucos privilegiados.

Porém, os excluídos da terra nunca aceitaram essa situação pacificamente. Apesar de não ser muito divulgado, mas, desde o descobrimento o país foi palco de diversas lutas pela posse da terra. Essa luta começou com os indígenas, quando “em nome da “civilização” cometiam-se atos de violência contra os nativos, despojados da terra, a sua única fonte de sobrevivência” (FERRAZ, 2000, p. 25). Os indígenas, apesar de não verem a terra como bem de capital, nunca aceitaram pacificamente, até serem quase que exterminados totalmente.

Talvez, estivesse aí o início da primeira luta entre desiguais. A luta do capital em processo de expansão, desenvolvimento; em busca da acumulação, ainda que primitiva, e a luta dos “filhos do sol” em busca da manutenção do seu espaço de vida no território invadido (OLIVEIRA, 1989, p. 15).

Da mesma forma os negros também lutaram refugiados em quilombos. Enquanto que sertanejos esfomeados no nordeste juntavam-se a alguns beatos, formando os movimentos messiânicos, que somente foram contidos através da força militar, de forma mais ou menos parecida, camponeses desempregados e ex-jagunços, formava movimentos conhecidos como cangaceiros. Também, em diversas partes do país, os pequenos posseiros que formavam a frente de

expansão, resistiram no que puderam a sua expulsão das pequenas posses, para cederem lugar aos latifundiários da frente pioneira capitalista.

O avanço da frente pioneira sobre a frente de expansão e a conflitiva coexistência de ambas é mais do que contraposição de distintas modalidades de ocupação do território. Ao coexistirem ambas na situação de fronteira, dão aos conflitos que ali se travam, entre grandes proprietários de terras e camponeses e entre civilizados, sobretudo grandes proprietários, e índios, a dimensão de conflitos por distintas concepções de destino (MARTINS, 1997, p. 182).

Até que a partir de meados do século XX os camponeses passaram a se organizar e lutar enquanto classe, resultando em diversos movimentos de luta pela terra, enfrentado os latifundiários, jagunços e policiais, sob a conveniência do estado e do poder judiciário. Morissawa (2001, p. 88) afirma que “o processo de expulsão dos posseiros teve seu auge em 1955”.

Os movimentos de luta camponesa pela posse da terra ainda se faz presente até os dias atuais, não modificando em quase nada também a forma de repressão. Atualmente existe o movimento organizado de trabalhadores rurais sem terra, conhecido como o MST, que é o de maior repercussão, devido sua forma organizada de agir e de ocupar latifúndios, o que tem provocado a realização de assentamentos rurais de reforma agrária, mesmo a contra gosto de muitas autoridades.

No entanto, uma vez assentados a luta continua e talvez com maior intensidade ainda, pois, se vêem na necessidade de seguir na contramão da política agrícola do estado, direcionada para um modelo de agricultura moderna que expropria a mão-de-obra rural e os pequenos proprietários, priorizando a agricultura de exportação praticada em grandes propriedades, que traz divisas para o país, pesando favoravelmente na balança comercial.

É mister a luta pela reforma agrária, no entanto, esta não pode ser vista apenas pelo acesso do sem-terra à propriedade privada, porém, como parte de um processo de luta por uma sociedade com mais justiça social. Neste sentido, Pessoa (1999, p. 197) afirma que “um assentamento não pode ser visto apenas como um projeto político-econômico, mas também como construção imaginária da sociedade”. Também Junqueira da Silva (2002, p. 15), falando da necessidade de buscar meios que favoreça melhor convivência entre os assentados, afirma que “um assentamento é formado por pessoas diferentes que, como em qualquer outra comunidade, possuem uma concepção de vida própria, possuem seus valores, hábitos e costumes individuais”. Daí a importância de uma análise, por exemplo, da religiosidade e da cultura na territorialização de um grupo em determinado espaço, confirmando o pensamento de Claval (1997, p. 105) de que “como fundamentos das identidades, as culturas reúnem os homens ou os separa”. Nesse sentido é que pesa num assentamento rural a sabedoria da implantação de estratégias de organização espacial, onde possam provar que é possível no mundo capitalista convivência mais harmônica, menos individualizada e com práticas que busque na totalidade uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse contexto, destaca o município de Goiás-Go com algumas peculiaridades. O Arraial de Santana é fundado pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva Filho, quando iniciava a exploração aurífera. Posteriormente é convertida em Vila Boa dos Goyazes e mais tarde tornar-se-ia a cidade de Goiás-Go. De 1748

a 1937 foi sede política da Capitania, Capital da Província e Capital do estado de Goiás.

A cidade de Goiás-Go, geograficamente está localizada a 15° 56' 04" de latitude S e 50° 58' 25" de longitude W, posicionada as margens do rio Vermelho, estando posicionada a 132 km distante da cidade de Goiânia e a 486 metros acima do nível do mar. Foi construída no sopé da Serra Dourada, entre duas montanhas, numa agradável visão panorâmica. A cidade exibe uma paisagem em seu sítio urbano que mantém e reproduz nas edificações barrocas as tradições medievais portuguesas, atravessadas por sua história, que foi o motivo que a levou fazer parte do Acervo do Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, título que recebeu da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Segundo o IBGE o município conta atualmente com uma população de 27.120 habitantes, sendo que 19.801 residindo no perímetro urbano e 7.319 no meio rural, o que o configura na mesma realidade dos demais municípios brasileiros, ou seja, com a maior parte de sua população urbanizada.

O município, a partir da década de 1980, foi alvo de diversas ocupações de terras, seguidas de desapropriações com fins de reforma agrária. Contando atualmente com o número de 23 assentamentos rurais, sendo, quem sabe, o município que contém o maior número agregado de assentamentos rurais do Brasil e talvez do mundo.

Tudo começou quando grupo de sem terras partem da cidade de Goiás-Go dispostos a lutar contra a situação de expropriação e contra os latifúndios. Contando com o apoio da Igreja Católica, um grupo desses trabalhadores desempregados, "na noite do dia 2 para o dia 3 de maio de 1985, decidiram atravessar o rio Bugre e caracterizar a ocupação da Fazenda Mosquito" (PESSOA, 1999, p. 94), sendo essa a primeira ocupação de uma série que viria depois naquele município. E, depois de passar por muitos enfrentamentos, sendo por duas vezes despejados, acampando em frente à Prefeitura Municipal de Goiás e ao Palácio do Governo do Estado de Goiás, na Praça Cívica em Goiânia. Após enfrentar diversos tipos de perseguições 43 famílias receberam, no dia 12 de agosto de 1986, o título de posse da terra, através do INCRA.

Esse trabalho busca entender a atual situação do Assentamento Mosquito, que é o objeto dessa pesquisa, por este ser o primeiro de uma série de 23 assentamentos existentes no Município de Goiás. Portanto, será centralizada nesses 19 anos em que se passaram após as 43 famílias serem assentadas, analisando as transformações espaciais ali ocorridas, priorizando os aspectos sócio-culturais e econômicos das famílias, bem como a forma de resistência destas para permanecerem na terra e os motivos que levaram alguns assentados a desistirem. Assim como as perspectivas de reprodução de conhecimentos, além, é claro, da natural sobrevivência de forma sustentável, enquanto famílias de pequenos produtores organizados, que buscam uma forma melhor e mais justa de se viver.

METODOLOGIA

Na execução desse trabalho está sendo utilizada pesquisa em fontes variadas. Primeiramente foi realizada ampla pesquisa bibliográfica, onde em contato com diversas fontes sobre o tema da questão agrária no Brasil, ficou claro o entendimento do motivo da existência de concentração de terras nas mãos de poucos, em detrimento da exclusão da maioria do acesso a terra. Também foi pesquisado bibliograficamente as diversas formas de luta pela terra existente no

Brasil, da luta indígena da época do descobrimento até as atuais lutas camponesas de forma organizada.

Também está sendo realizada uma pesquisa documental, buscando subsídios em periódicos e arquivos públicos, tais como, Cartório de Registro Civil e de Imóveis da Cidade de Goiás-Go; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás (SEPLAN-GO); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE); Igreja Católica e Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Goiás; onde encontram registros que mostram etapas das lutas ocorridas no meio rural, bem como da formação do Assentamento Mosquito.

Para analisar os problemas sócio-culturais, econômicos e políticos do assentamento, está sendo realizado trabalho de campo através de aplicação de questionário junto as famílias assentadas, cujo resultado será uma xérox da realidade do assentamento, o que facilitará o entendimento também dos problemas por eles enfrentados.

RESULTADOS

O trabalho encontra em processo de execução, muito ainda tem a ser pesquisado, dados também precisam serem compilados, no entanto, uma noção já se pode tirar.

É bem verdade que o processo de modernização da agricultura influenciou na migração rural urbana, formando um contingente de desempregados na cidade de Goiás, assim como aconteceu em quase todos os municípios brasileiros. Conforme relata Graziano Neto (1985, p. 58).

Um resultado dessa política agrícola que favorece os grandes capitais é a concentração de terra, provocando o êxodo rural e agravando a crise urbana, com o aumento da marginalidade, da miséria e da violência. O incrível número de subempregados e desempregados existentes nas grandes capitais é o espelho da crueldade do modelo capitalista brasileiro e sua expansão na agricultura.

No entanto, a formação geomorfológica do município de Goiás, não o enquadra em região de atuação da fronteira agrícola, devido a sua topografia ondulada e a existência de um solo com grande presença rochosa. Apesar de sua vegetação ser composta em sua totalidade por cerrado, este não recebeu ação de grandes investimentos capitalistas, por não fazer parte do tipo de relevo plano e irrigável, próprio para ação da agricultura moderna, como em diversos outros municípios onde o cerrado é alvo de investimentos agrícolas. Conforme Pires (1996, p. 36) quando afirma que com políticas públicas é que “acontece à ocupação agrícola do cerrado – onde insere o PRODECER -, que surgiu como alternativa para a expansão agrícola, devido à escassez de terras no Centro-Sul brasileiro”.

Como o capital não atuou com intensidade os latifúndios do município foram ocupados sem muita resistência por parte dos capitalistas, sendo que em alguns casos os próprios proprietários das terras as ofereciam e facilitavam a ocupação por parte dos trabalhadores rurais sem terra.

Muitos assentados estão com dificuldades de fazer sua parcela de terra produzir para o sustento familiar, o que tem dificultado a reprodução social no assentamento, ou até mesmo dificultado sua permanência na terra, onde muitos,

mesmo sem autorização do INCRA, transferem suas parcelas para terceiros e vão batalhar emprego nas grandes cidades.

Tudo isso contribuiu para a luta camponesa no município de Goiás, especificamente no Assentamento Mosquito.

REFERÊNCIAS

CLAVAL, Paul. **As Abordagens da Geografia Cultural**. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, P. C. da Costa; CORRÊA, R. Lobato (orgs.). *Explorações Geográficas: Percursos no Fim do Século*. Rio de Janeiro: Bertreand Brasil, 1997.

FERRAZ, Siney. **O Movimento Camponês no Bico do Papagaio: sete barracas em busca de um elo**. 2 ed. Imperatriz: Ética, 2000.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MORISSAWA, Mitsue. **A História de Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das Lutas no Campo**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1989.

PESSOA, Jadir de Moraes. **A Revanche Camponesa**. Goiânia: UFG, 1999.

PIRES, Mauro de Oliveira. **Desenvolvimento e Sustentabilidade**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília, 1996.